

EM TORNO DAS ELITES DURIENSES¹ DA REGENERAÇÃO Á REPÚBLICA

Maria Antonieta Cruz
Universidade de Oporto

RESUMEN

Pretendo comprobar con este estudio de caso que la creación, revocación y el declive de una elite en un lugar y momento determinado están directamente vinculados a su capacidad de cumplir los objetivos de la comunidad que la elige cómo referente. Hay que notar que en un mismo espacio geográfico pueden coexistir distintas elites de acuerdo con los fines de su liderazgo.

Palabras clave: Historia del siglo XIX, Historia social, Sociedad burguesa, Poder local, Elites.

ABSTRACT

With this case study, I aim to prove that the making, renewal and decline of an elite in a given space and time are directly connected to their ability to respond to the goals of the community that recognizes it as leader. It must also be kept in mind that one given geographical space may house diverse elites according to the areas of leadership.

Key Words: 19th century history, Social History, Bourgeois Society, Local Administration, Elite

1.Elites – definição

Chaussinaud-Nogaret define as elites como “... cette fraction de la population où se concentrent puissance, autorité et influence, ...”²

¹Investigação realizada no âmbito do projecto POCTI/HAR/47073/2002 - “*Douro Contemporâneo- Sociedade, Economia e Instituições*”, financiado pela Fundação da Ciência e Tecnologia e pelo Programa Operacional Ciência, Tecnologia e Inovação, participado pelo fundo comunitário europeu FEDER.

² Cf. Chaussinaud-Nogaret (Dir), *Histoire des élites en France du XVI au XX siècle*, Paris, Tallandier, 1991, p.12.

Nas sociedades ocidentais, em função da ocorrência de um processo evolutivo ou em resultado de uma mudança revolucionária, os elementos de diferenciação dos indivíduos alteraram-se e renovaram-se na passagem da sociedade de “ordens” para a sociedade de notáveis de oitocentos, o mesmo ocorrendo na transição desta para a democracia.

As sociedades tradicionais, tal como as comunidades modernas, têm as suas elites. O modelo civilizacional adoptado, a sua organização, determinará os específicos mecanismos de dominação. A observação das elites, das trajectórias da sua formação, renovação e declínio permitirá, para além da obtenção de um aprofundado conhecimento dos percursos individuais dos seus membros, reflectir sobre as relações entre dominantes e dominados, determinar e enumerar as condições que geram as diferenças, a par da descoberta dos instrumentos que possibilitam as situações de dominação e das circunstâncias que geram as rupturas, as mutações.

O poder é sempre detido por minorias que dirigem as maiorias³. Porém numa sociedade, organismo em constante movimento, importa, para além de desenhar o perfil da sua elite num determinado momento, avaliar do seu grau de circulação. Esta consubstancia uma das mais relevantes formas de medição da mobilidade social.

Se é certo que a elite é um grupo de poder não é menos verdade que, numa sociedade democrática encontramos, não a elite, mas sim as elites: elite intelectual, elite social, elite económica, elite política, etc.. De sublinhar a frequente inclusão de um mesmo indivíduo em vários dos subgrupos referidos.

Nos séculos XIX e XX as sociedades complexizaram-se, correspondendo este movimento, feito de muitas e entrelaçadas mudanças, a esta pluralização das elites. A ruralidade foi perdendo, lenta e gradualmente, o seu domínio, arrastando neste movimento a perda da exclusiva preponderância da elite detentora de propriedade. Outras actividades económicas assumem o papel motor do progresso, outros saberes são exigidos nas tarefas de produção e gestão. Assim, a importância, a influência e o reconhecimento social alargam-se a novos indivíduos que constituirão as diversas elites que coexistem numa sociedade cada vez mais intrincada. Sendo inegável a manutenção da importância das elites que permanecem ligadas à terra, sejam elas a aristocracia tradicional⁴ ou a burguesia que investe na sua gestão capitalista, intensifica-se, por outro lado, o relevo que passa a ser atribuído àqueles que correspondem com as suas competências às novas necessidades da sociedade.

As diversas elites coexistentes nem sempre têm objectivos comuns, podendo, mesmo, a conflitualidade de projectos induzir à neutralização recíproca ou, usando as palavras de Dahrendorf, originar o controle ou limitação de autoridade.

Para Vilafredo Pareto (1848-1923) a elite é constituída pelos mais dotados, valorizando o autor a capacidade individual na obtenção de um lugar naquela que ele designa como a “classe eleita”⁵. Apesar desta forte aposta nos dotes pessoais para alcançar a hegemonia social, Pareto não nega o considerável contributo da origem familiar para a obtenção de êxito. A igualdade formal, estandarte do Liberalismo, pode escamotear o privilégio sob a capa do mérito pessoal.⁶

O estudo das elites tem congregado as atenções de filósofos (Dilthey, Scheler, Ortega y Gasset), politólogos (Robert Dahl, Ralf Dahrendorf), sociólogos e historiadores. Multiplicam-se hoje os trabalhos de investigação que se ocupam da análise das elites e do papel destes grupos dominantes na sociedade contemporânea.

³ Ver a este propósito BUSINO, Giovanni, “Elite”, in RAYNAUD, Philippe; RIALS, Stéphane (Dir.), *Dictionnaire de Philosophie Politique*, Paris, PUF, 1996, pp. 200-203.

⁴ Ver os capítulos 2 e 5 de: CARDOZA, Anthony L., *Aristocrats in Bourgeois Italy: The Piedmontese Nobility – 1861/1930*, Cambridge University Press, 1997.

⁵ PARETO Vilafredo, *Trattato di Sociologia Generale*, Geneve, Droz, 1968.

⁶ Ver a este propósito:

BOUDIEU, Pierre e PASSERON, Jean-Claude, *Les Héritiers*, Paris, Les Éditions Minuit, 1964.

O conceito é dinâmico, mas subjacentes estão sempre critérios de liderança exercida e reconhecida socialmente. Em sociedades democráticas nenhum grupo dominante tem autonomia absoluta, pois que a realização dos seus objectivos exige a adesão das massas e, por isso, terão de corresponder a projectos que satisfaçam, ou pelo menos não contrariem, as ambições colectivas. Mas, importa sublinhar, as vantagens de que o notável dispõe permitem-lhe uma intervenção política e económica determinante na região em que habita e, não raro, em outras zonas do país. Multiplicam-se os casos de investimentos multiregionais comprovados em recentes investigações.

A partir de finais do século XVIII, todo o dinamismo das sociedades europeias parece ter pertencido à burguesia. A burguesia vai dominar o mundo ocidental no decurso do século XIX, com cronologias diversas em função dos processos de desenvolvimento ocorridos em cada um dos países. Os interesses da burguesia determinarão mudanças, profundas e fundamentais, ao nível político, legislativo e económico. O Liberalismo assumirá a realização do seu programa, simultaneamente fomentador e limitador do avanço da liberdade e da igualdade para todos os seres humanos, pelo menos até à primeira Grande Guerra.

A burguesia enfrentará críticas e crises ao longo dos séculos XIX e XX, no decurso dos quais é evidente a existência de conflitos gerados pelo crescimento de novas desigualdades que a abolição legislativa dos privilégios não conseguiu aniquilar.

Urge avaliar a importância da manutenção da influência das elites tradicionais e o papel desempenhado pelas elites emergentes. Notáveis e burgueses de província constituem uma parte activa da sociedade de Antigo Regime cuja importância não claudicou com a instauração do liberalismo. É, pois, necessário avaliar a sua influência e papel desempenhado nesta transição. A permanência até cerca de 1914 de uma Europa essencialmente rural (salvo a Grã-Bretanha) é corolário da manutenção da posse da terra como elemento determinante do prestígio social e da influência e também, em alguns casos, quase monopolizador do poder.

O estudo das elites regionais adquire particular relevo para a análise das redes de interesse geradas pelas idiosincrasias dos respectivos espaços. Como sublinha Borges de Macedo a elite é inevitável em todas as sociedades, mas é, também, específica de cada uma delas e da sua estrutura dominante.⁷ Esta circunstância impede a hierarquização e a transição das elites de sociedades diferentes, com padrões civilizacionais diferentes e, em consequência destes, com valorizações não coincidentes das actividades fundamentais à sua realização. Desta avaliação decorre a formação e permanência dos detentores de certas competências no grupo dominante.

2. Região Demarcada do Douro

O Douro, o espaço consagrado à viticultura com a mais antiga atribuição da designação de região demarcada, constituiu-se como uma das regiões de maior interesse histórico. Porém, toda a investigação incidente sobre a RDD se apresenta da grande dificuldade, entre outras razões, pela sua amplitude geográfica, hoje a sua extensão atinge os 250.000 ha⁸, pela variabilidade de territórios nela incluídos ao longo dos tempos, pelas vicissitudes profundamente transformadoras, nomeadamente as decorrentes da devastação dos vinhedos provocada pela

⁷ MACEDO, Borges de “Elites” in *POLIS – Enciclopédia Verbo de Sociedade e do Estado*, vol.2, Lisboa, Editorial Verbo, 5 vols., 1983.

⁸ Maria Helena Mesquita Pina refere que apenas 42.000 hectares, dos 250.000 que hoje compõem a RDD, “se encontram ocupados pela vinha contínua” e apresenta percentagens extremamente diferentes de ocupação desta cultura na área duriense que, para o *Baixo Corgo*, atingirão mais de 60%, mas para o *Douro Superior* se circunscreverão em zonas mais antigas aos 20%, percentagem que cai para metade no restante território desta subregião. Apesar de ter crescido muito a cultura da vinha no *Cima Corgo*, a mesma autora afirma que ela ocupará hoje cerca de 45% da área, pese, embora, a sua crescente valorização em detrimento da subvalorização do *Baixo Corgo*, onde domina a “vinha velha multivarietal, o viticultor idoso e descapitalizado...”

Cf. PINA, Maria Helena Mesquita, “Alguns Aspectos da Estrutura Fundiária das Explorações Vitícolas Durienses” in *Douro – Estudos e Documentos*, Porto, n.º.19, vol.III, 2004, pp.203-236.

filoxera e de que decorreram mudanças profundas na região (finais do século XIX e princípios do século XX), arrastando para a ruína muitos viticultores, muitas vezes obrigados à venda das suas propriedades ou a engrossarem o caudal da emigração para o Brasil. As consideráveis transferências de propriedades tiveram óbvias consequências sociais.

Também, a já referida multiplicidade de conexões entre elites de várias zonas do país, torna complexa a tarefa de estudar este grupo social, situação que se exponencia na Região Demarcada do Douro pelas características da sua actividade principal que envolve, cruza e, por vezes, conflitua, agentes económicos das diversas regiões envolvidas na produção e comercialização do Vinho do Porto.

Território cadinho de algumas hercúleas figuras, com D. Antónia, a Ferreirinha ocupando o pódio⁹, o Douro precisa, ainda e muito, de investigações intensivas sobre a sua sociedade. Exige-se a realização de estudos utilizando metodologias já experimentadas com sucesso, nomeadamente a prosopografia, e a proliferação de biografias individuais, biografias colectivas, monografias.

3. *Elite Duriense ?*

Sendo certo, que a produção e comercialização do Vinho do Porto gerou, ao longo de séculos, a articulação e interdependência de três espaços, Porto, RDD e Vila Nova de Gaia, que formam um triângulo de complementaridades económicas, não só no âmbito da produção vinícola como em outras actividades com ligações ao sector, as suas elites cruzam-se e, não raro justapõem-se. A influência exercida pela burguesia urbana portuense na sociedade duriense é uma realidade reconhecida sobejamente. Porto, RDD e Vila Nova de Gaia frequentemente comungam objectivos, tarefas, investimentos e, como é obvio, grupos sociais dominantes. Nos estudos já realizados, mormente através de inventários pós-mortem, evidenciam-se claras ligações das respectivas elites que, em alguns casos, se misturam e confundem. É muito frequente encontrarmos membros das mais diversas actividades, nomeadamente negociantes, que, residindo na cidade do Porto, mantêm e administram as suas quintas, herdadas ou adquiridas, aquisição em que o papel da emigração deve ser avaliado. Os exemplos já conhecidos são muitos, como Afonso Botelho de Sampaio e Souza, Bernardo Pereira Leitão¹⁰, João Pacheco Pereira, João Pinto Pizarro da Cunha Portocarrero ou Gonçalo Cardoso Barba de Menezes, mas importa ir mais longe e identificar o fenómeno em profundidade e extensão.

É urgente a avaliação do grau de interpenetração dos grupos sociais dominantes nos três espaços elencados, frequentemente referido mas ainda insuficientemente estudado de forma sistemática e rigorosa.

Possuindo *bens*, mas também *saber*, vantagens óbvias numa sociedade concorrencial, como agiu este grupo de notáveis na economia das regiões e do país, no parlamento, nos municípios, nos governos civis e outros centros de poder político? Como se relacionaram com os estrangeiros, parceiros relevantes numa actividade de primordial importância para o país mas cuja convivência colocava desafios vários?

Importa, pois,

- a) Estudar aspectos diversificados da vida das elites, nos séculos XIX e XX, das três regiões a analisar, com recurso a múltipla e diversificada documentação.
- b) O posterior reagrupamento das informações obtidas pelos vários investigadores permitirá, num tempo que se deseja breve, elaborar um estudo histórico que

⁹ Salientemos a biografia de D. Antónia como um exemplo a repetir.

Ver, PEREIRA, Gaspar Martins, OLAZABAL, Maria Luísa Nicolau de Almeida, *Dona Antónia*, Porto, 1996.

¹⁰ Cf. CRUZ, Maria Antonieta, “Bernardo Pereira Leitão – Um notável do Porto”, in *Douro – Estudos & Documentos*, nº 3, Actas do I Encontro Internacional “História da Vinha e do Vinho no Vale do Douro”, II, Porto, GEHVID – Centro de Estudos da História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, 1997, pp. 101-110.

constitua um contributo para o conhecimento da elites das várias regiões envolvidas na produção e comercialização do vinho do Porto:

- da sua configuração e evolução;
- das variáveis ponderáveis na sua formação, renovação e declínio;
- da sua interdependência e complementaridade;
- do seu funcionamento como grupo de intervenção/pressão na vida nacional.

Abordar o caminho gigantesco a percorrer terá de ser um incentivo para colocar o pé na estrada e seguir o itinerário dos muitos investigadores que ao longo dos anos contribuíram para o conhecimento do Douro e da sociedade duriense. Muitos dos trabalhos mais recentes decorrem do labor de membros do Gevhid - Centro de Estudos da História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, sediado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. A sua inventariação não cabe aqui mas, apesar do êxito do esforço, não foi, ainda, alcançado um satisfatório conhecimento das elites durienses.

Para a definição do perfil de uma determinada elite: política, económica, intelectual, etc., num espaço geográfico delimitado e num tempo definido, o itinerário é complexo e moroso. Importa:

- a) apurar a sua origem: meios geográficos e sociais de proveniência;
- b) averiguar a sua composição: habilitações académicas, áreas de especialização, actividades desenvolvidas, rendimentos;
- c) conhecer as suas opções económicas: como, quanto e em que investe; fortunas: origem, composição e repartição; investimento;
- d) averiguar o seu tipo de vida: habitação, vida quotidiana, actividades culturais;
- e) compreender a sua vivência do casamento e da morte, momentos fundamentais de afirmação das diferenças.

Apresentaremos aqui apenas algumas pinceladas decorrentes da investigação que temos vindo a realizar.

A nossa pesquisa recaiu sobre uma parcela territorial que inclui os significativos concelhos do Baixo Corgo de: Vila Real, Mesão Frio, Santa Marta de Penaguião, Peso da Régua e ainda a cidade de Lamego. Utilizámos, sempre que a documentação disponível o permitiu, os censos populacionais e os livros de recenseamento eleitoral, procurando recolher informação acerca da situação material dos residentes na área estudada e averiguar da sua estrutura socioprofissional. Recorremos, também, a listas de Maiores Contribuintes; livros de Vereações de algumas câmaras municipais; documentação do Arquivo da Universidade de Coimbra que, devidamente trabalhada, permite obter preciosas informações acerca do jovens, neste caso oriundos da RDD, que foram estudantes naquela instituição, nomeadamente a sua origem familiar e cursos preferidos. Os Registos Notariais, sobretudo os testamentos e as convenções antenupciais, tem vindo a merecer-nos particular atenção, a par dos Jornais e dos inventários pós-morte, estes, infelizmente, e mercê da sua exigente, lenta e complexa análise, ainda numa fase muito incipiente de tratamento.

4. Um olhar sobre a Elite da Região Demarcada do Douro

As reflexões que a investigação permite avançar sugerem que, no decurso do século XIX e no início do século XX na região duriense todas as actividades empresariais parecem ter tido reduzida dimensão. As actividades dos residentes em determinado espaço geográfico estão conectadas com a função desse mesmo espaço e a RDD foi, e é, dominada pelo vinho, pelo que o seu tecido ocupacional, como era previsível, foi, na cronologia da nossa pesquisa, dominado pelo sector primário. A complexização profissional ocorrida nas cidades, como Lamego ou Vila Real, decorre do crescimento das actividades oficiais, comerciais e administrativas e não retira o domínio do espaço urbano aos proprietários.

As actividades artesanais ligadas à produção e transporte de vinho proliferaram em toda a RDD. Barqueiros, marítimos, pescadores e arrais dominam as zonas de proximidade com o rio, simultaneamente fonte de alimento e meio de transporte do vinho do Porto. Avultam, também, as actividades artesanais ligadas à agricultura como o tanoeiro ou o cesteiro, mas muitos outros mesteres, como alfaiates, carpinteiros, caldeireiros, sapateiros, albardeiros, serralheiros, chapeleiros, latoeiros, funileiros, tamanqueiros, marceneiros, tecelões, pedreiros, etc., asseguravam a satisfação das necessidades do quotidiano oitocentista. De rendimentos colectáveis geralmente diminutos, de certo, procuraram no exercício de outras actividades o necessário complemento remuneratório. Na RDD, à semelhança do que ocorre com muita frequência, no decurso de oitocentos, em outros espaços, é muito vulgar duas, ou até três, ocupação profissionais serem desenvolvidas, em simultâneo, pelo mesmo indivíduo. Os recenseamentos eleitorais dão-nos, também, conta da existência de uma multidão de pequenos proprietários cujas terras eram, muitas vezes, insuficientes para a assunção plena da subsistência do agregado familiar do seu titular, que se via obrigado a recorrer, para sobreviver, ao exercício de outras actividades, por vezes mesmo ao trabalho de jornaleiro. Esta justaposição de funções é facilmente detectável pela consulta de documentos de origem diversa e mesmo pela análise de sucessivos livros de recenseamento eleitoral.

Alguns ourives e relojoeiros, residindo preferencialmente nas zonas urbanas, atingiam colectas mais elevadas que os outros profissionais ligados às actividades artesanais.

Os quadros do sector privado eram raros. Nos serviços públicos, os funcionários qualificados, igualmente escassos, circunscreviam-se à fazenda, aos tribunais, às câmaras, ou aos correios. O pequeno número de empregados de escritório ou caixeiros é consequência da reduzida dimensão das unidades empresariais.

Na reflexão sobre as sociedades ocidentais ao longo dos dois últimos séculos o estudo das suas elites políticas é particularmente apelativo, nomeadamente a averiguação da forma como são recrutadas, observação da sua configuração, funcionamento e influência.

Para Pareto a detenção de poder, ou influência determinante no seu exercício, são as características fundamentais das elites.

Relativamente à elite política duriense, pese embora o carácter reduzido da amostragem já analisada, próximo de 12.000 eleitores, verificámos que apenas cerca de 10% da sua população podia votar nos actos eleitorais. Sem direito de voto porque carentes de propriedade, habilitações académicas, ou outras características que a lei entendia constituírem garantia de independência e probidade.

Como em todo o território nacional, também a opção de representação da sociedade durienses nos corpos políticos electivos incidia apenas nos cidadãos da seu grupo superior, isto é, na restrita elite da região, dominada pelos proprietários. Faziam, também, parte deste exíguo grupo, elementos do clero, negociantes, profissionais liberais, funcionários do Estado de estatuto médio e superior e oficiais das forças armadas. A maior diversidade na composição do corpo de elegíveis ocorre nos concelhos de Vila Real e Lamego onde muitos dos elencados desenvolviam actividades officinais. Os concelhos mais rurais entregaram a sua reduzida representação a alguns lavradores e/ou proprietários.

O estudo dos titulares do poder político local é tarefa ainda mais complicada que o estudo dos potenciais intervenientes na vida política nacional nos seus diversos escalões. Na realidade, nos arquivos centrais a documentação foi mais cuidadosamente preservada tendo-se perdido, no correr dos tempos, uma parte importante do espólio das instituições locais, por vicissitudes várias mas onde, com frequência, avulta a negligência e a ignorância. A investigação dos vários concelhos durienses obrigará à multiplicidade de esforços de vários pesquisadores e a apresentação dos resultados parcelares deverá incentivar à continuação da tarefa.

A análise do poder local inclui a preocupação com a forma como ele se constrói e legitima, o conhecimento das repercussões nas condições políticas e sociais geradas pelos diversos movimentos ocorridos no país e, como é obvio, a avaliação dos seus reflexos na formação das elites locais.

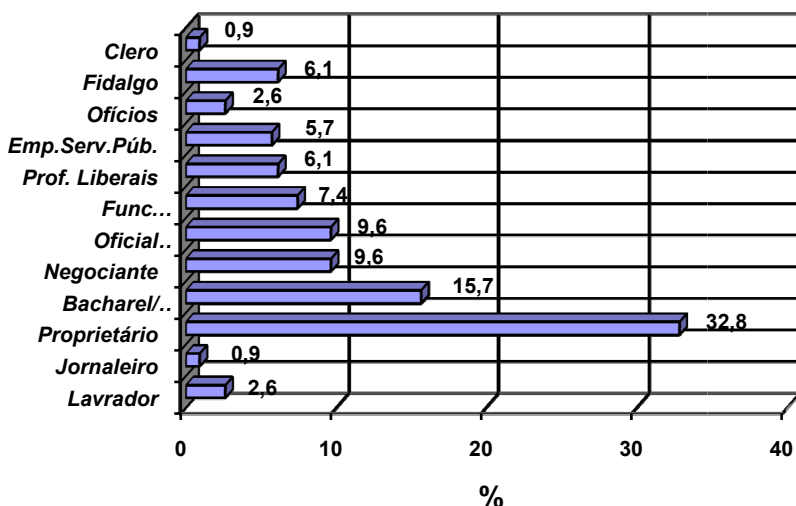
A questão da construção e legitimação das elites políticas locais, mormente em espaços que permaneceram dominantemente rurais como a RDD, é complexa e não se reduz à questão jurídico-institucional. Permanecem na sociedade liberal formas de legitimação social exteriores ao edifício legislativo e em que avultam o poder económico e o prestígio social. Porém, a permanência no controle do poder local de pessoas e famílias não pode apoucar os resultados decorrentes das dinâmicas de luta pelo poder conduzida pelos novos grupos que as mudanças políticas, sociais e económicas fizeram crescer em número e importância. Neste sentido, urge avaliar o aumento da presença nos órgãos de poder local dos profissionais liberais, funcionários de empresas públicas e privadas, comerciantes, etc.. A substituição das velhas elites dominantes pelos novos sectores terá, forçosamente, de corresponder a uma emergência de novas necessidades da comunidade eleitora e ao reconhecimento pela sociedade local das elites que se encontram, em cada momento, nas melhores condições para a execução das tarefas exigidas para a sua satisfação .

Assim, a especialização agrícola do Douro, o seu forte sector vinhateiro particularmente dinamizador, corresponde, como o decorrer dos tempos demonstra, a uma opção positiva, e que consubstancia uma escolha que traduz a ponderação das condições específicas da região e representa a assunção do papel essencial desta actividade no seu desenvolvimento.

Porém, importa sublinhar, a elite duriense não negligenciou a preparação académica dos seus filhos, procurando adequá-la às exigências de uma carreira de sucesso, nomeadamente nos corpos do Estado. Muitos jovens oriundos da RDD partiram para a Universidade de Coimbra, 60% dos quais optaram pela formação jurídica que lhes abriria as portas da administração pública, sector das mais promissoras carreiras.¹¹ Na sua maioria eram filhos de proprietários. Os negociantes os oficiais das forças armadas, os funcionários superiores do Estado, médicos e advogados, completam o conjunto de pais que mais frequentemente, propiciaram aos seus descendentes a formação escolar superior que lhes permitiria, no mínimo, a manutenção do estatuto económico-social de que eram oriundos. Paralelamente, foi muito reduzido o número de filhos de artesãos ou empregados públicos de estatuto médio que alcançaram a Universidade. Filhos de jornaleiros apenas dois se matricularam ao longo de todo o século XIX. Mantém-se no decurso de oitocentos a presença significativa em Coimbra de descendentes de fidalgos durienses.

¹¹ Para os alunos oriundos da cidade do Porto, ver CRUZ, Maria Antonieta, *Os Burgueses do Porto na Segunda Metade do Século Passado*, Porto, Fundação Engenheiro António de Almeida, 1999, gráfico n.º122, p.417.

GRÁFICO I - Profissão dos Pais dos Alunos Durienses na Universidade de Coimbra no Século XIX (Toda a RDD)



FONTES: Arquivo da Universidade de Coimbra:

- *Livros de matrícula do século XIX* ;
- *Livros de Certidões de Nascimento dos alunos inscritos na Universidade de Coimbra. Arquivo Histórico Parlamentar*;
- *Livros de Recenseamento Eleitoral* – vários anos

Para muitos dos homens do período histórico aqui abordado, grosso modo da regeneração ao golpe de 28 de Maio de 1926, a presença nos órgãos de poder local permitia o seu controle o que, na prática, se revelava mais importante que um lugar na Câmara dos Senhores Deputados da Nação. É uma situação comum a diversos espaços nacionais e estrangeiros.

As Câmaras Municipais já estudadas, maioritariamente compostas por figuras durienses ligadas à produção de vinho, canalizavam, para o governo, para o parlamento, para a câmara dos pares e até para o trono, as ambições, os interesses, das populações, as suas reacções perante as medidas introduzidas pelo poder central, nomeadamente acerca da carga fiscal. O estudo das vereações de Lamego entre 1800 e 1932, de João Nunes de Oliveira,¹² dá-nos conta, igualmente, dos apelos, frequentes, continuados, da câmara municipal às diversas instâncias de poder. Como sublinha o autor “...as autoridades locais, fossem eleitas ou nomeadas, faziam parte das elites locais, constituindo um baluarte dessas mesmas elites.”¹³

As reacções dos viticultores contra a carga fiscal, sempre considerada excessiva, e os apelos à intervenção juntado poder central transparecem em múltiplas actas de vereações. A

¹² OLIVEIRA, João Nunes, “O vinho do Douro. Acção dos agentes sociais lamacenses entre 1800 e 1932”, in Pereira, Gaspar Martins e LEAL, Paula Montes, (Coord.), *O Douro Contemporâneo*, Porto, GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto e Governos Cívicos de Vila Real, Viseu, Bragança e Guarda, 2006, pp. 89-103.

¹³ OLIVEIRA, João Nunes, “O vinho do Douro. Acção dos agentes sociais lamacenses entre 1800 e 1932”, in Pereira, Gaspar Martins e LEAL, Paula Montes, (Coord.), *O Douro Contemporâneo*, Porto, GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto e Governos Cívicos de Vila Real, Viseu, Bragança e Guarda, 2006, p. 90.

solidariedade das câmaras municipais é inequívoca, atendendo com particular sensibilidade às suas solicitações. Os municípios veiculam as suas preocupações, as dificuldades com a produção e comercialização do vinho. Interpelam outras edilidades vizinhas solicitando-lhes acções concertadas para a contestação de actos governamentais gravosos para a região. O domínio dos municípios pelos proprietários é inequívoco e transparece das próprias decisões das reuniões.

A Câmara Municipal de Lamego, por exemplo, procurando atender aos interesses dos produtores de vinho, numa clara protecção das suas próprias conveniências, visto que a vereação era constituída maioritariamente por viticultores, aplicou uma isenção tributária a este sector em 17 de Junho de 1847¹⁴. Opondo-se à Associação Comercial do Porto repudiará, em 13 de Junho de 1860, a lei sobre a “liberdade de comércio dos vinhos de Portugal”.¹⁵

A solidariedade com a região e o sector vinícola tinha, também, os seus comissários no Parlamento e na Câmara dos Pares. Uma análise cuidada dos actores dessa cooperação fortalece a constatação da existência de uma articulação bem organizada entre muitos dos dominantes com negócios na Região Demarcada do Douro. As elites, mesmo afastadas da localidade, ajudaram à protecção dos interesses da região, defendendo-os por convicção mas, também, não raro, por comunhão de projectos. Na realidade, muitos dos parlamentares e pares do reino que receberam os agradecimentos, quer da Câmara de Lamego quer da Câmara de Vila Real, eram oriundos da Região Demarcada do Douro, permanecendo, muitas vezes, ligados à viticultura.¹⁶

As relações de solidariedade que os deputados mantêm com as suas comunidades eleitorais, procurando, junto do poder central, a obtenção de medidas que permitissem a satisfação das necessidades e objectivos dessas mesmas parcelas da sociedade, se expressam a manutenção de um modelo relacional típico do Antigo Regime, são, também, o reflexo da muito frequente ligação económica que mantêm com o espaço de origem, de afecto, ou de actividade.

A solidez da elite local durienses, aliada às suas conexões nos diversos órgãos do poder central, permitiu que os temas da produção vinícola e da comercialização do vinho do Porto fossem objecto de particular atenção do poder central, sendo certo que, como é obvio, o interesse dos políticos pelo sector decorria, em grande parte, da importância do produto para a economia nacional.

¹⁴ A.H.C.M.L., Livro de Actas de 1845 a 1852, fl.35, citado por:

OLIVEIRA, João Nunes, “O vinho do Douro. Acção dos agentes sociais lamacenses entre 1800 e 1932”, in Pereira, Gaspar Martins e LEAL, Paula Montes, (Coord.), *O Douro Contemporâneo*, Porto, GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto e Governos Cívicos de Vila Real, Viseu, Bragança e Guarda, 2006, p. 94.

¹⁵ A.H.C.M.L., Livro de Actas de 1857 a 1863, ff.48v., 49 e 49v., citado por:

OLIVEIRA, João Nunes, “O vinho do Douro. Acção dos agentes sociais lamacenses entre 1800 e 1932”, in Pereira, Gaspar Martins e LEAL, Paula Montes, (Coord.), *O Douro Contemporâneo*, Porto, GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto e Governos Cívicos de Vila Real, Viseu, Bragança e Guarda, 2006, p.97.

¹⁶ Citaremos, apenas, dois exemplos:

- **Afonso Botelho de Sampaio e Souza** (Sabrosa 1792-Porto 1868)
Proprietário rico no Porto e viticultor no Douro, possuindo a Quinta da Prazegueda com vinhos premiados com medalha de ouro na Exposição Universal de Paris de 1867;
Inspector das estradas do Douro;
Deputado por Vila Real em 1853/1856; por Sabrosa em 1860, 1861/1864 e 1865, com muitas intervenções sobre o Douro e o Vinho do Porto;
Fez-se portador de vários requerimentos e petições de câmaras da RDD;
Apresentou projectos ao parlamento para melhorar o Douro e a sua viticultura;
Defensor do associativismo dos homens ligados à viticultura;
- **António Pinheiro da Fonseca Osório (Vieira da Silva) – 1º Visconde de Arneiros** (Lamego 1824- ?)
Bacharel em Direito; Rico proprietário rural em Lamego;
Vereador e presidente da Câmara Municipal de Lamego (vários mandatos, por vezes em acumulação com o lugar de deputado);
Provedor da Irmandade da Misericórdia de Lamego;
Presidente da Junta Geral do Distrito de Viseu;
Deputado em 1851/1852, 1853-1856, 1860-1861, 1861-1864, 1880-1881;
Defensor do “país vinhateiro do Douro”, nas suas palavras, nomeadamente do liceu para Lamego;

Cf. MÓNICA, Maria Filomena (coordenação), *Dicionário Biográfico*, Lisboa, Assembleia da República e ICS da Universidade de Lisboa, 2004/2005/2006, vol.III, pp.662-664 e 791-794.

5. *Elite Municipal/Governadores Civis – Um Estudo de Caso*

O concelho de Vila Real mereceu-nos um tratamento mais profundo decorrente, sobretudo, do fácil acesso à documentação que a boa organização dos seus arquivos permite.¹⁷

As elites políticas locais do concelho Vila Real, entre 1841 e 1926, foram constituídas, sobretudo, por indivíduos ligados a um quadro socioprofissional exíguo e reflector da forte componente local da viticultura. Os proprietários dominam as instituições de poder local, organizações económicas, culturais ou de intervenção social e lideram o grupo dos maiores contribuintes.

A mudança de regime¹⁸ não impediu que alguns dos eleitos permanecessem como membros da sua câmara municipal, quer como vereadores, quer como presidentes ou vice-presidentes. As ligações de família favoreceram a permanência de políticos influentes nos lugares de decisão, ao longo de vários mandatos. Avaliar do acerto das estratégias seguidas nas épocas de mudança, da participação nas novas instituições de famílias mais antigas, ou do seu domínio pelas elites emergentes, implica, em primeiro lugar, a identificação dos elementos que tornam possível a distinção entre aqueles que pertencem e os que são excluídos do grupo dos dominantes. Apesar de a família, não raro, determinar a continuidade, a existência de índices diversos de sucesso, nos vários ramos de uma mesma família, alerta para a constatação de que a sociedade liberal oitocentista tende a impor aos seus membros uma exigente prestação, condição de acesso e manutenção de uma posição no topo da hierarquia. O liberalismo introduziu a permeabilidade nas sociedades europeias e, cada uma das elites tende a remodelar-se em consequência das singularidades históricas.

Se é inegável que, na Europa oitocentista, a posse da terra se manterá como factor de decisiva ponderação na obtenção e manutenção de prestígio e poder, a sua importância é ampliada na Região Demarcada do Douro, mercê das características específicas deste território. Porém, deve relevar-se o facto de alguns destes proprietários se dedicarem, em simultâneo, ao mundo dos negócios. Até aos anos finais da monarquia, altura em que pequenas alterações são perceptíveis, apenas alguns bacharéis, um ou outro empregado público e um primeiro professor, se juntarão aos donos de terras para a constituição dos sucessivos elencos políticos municipais vilarealenses. Lentamente, novos sectores de actividade vão ser eleitos para a Câmara, correspondendo, por um lado, à transformação do quadro socioprofissional dominante no concelho, mas, também, exprimindo o progresso do corpo de elegíveis, bem evidente no período republicano que o fez coincidir com o grupo dos eleitores. De facto, o processo de mudança e ampliação intensificar-se-á nas vereações republicanas que crescerão numericamente o que pode ter contribuído para a maior diversidade da sua composição.

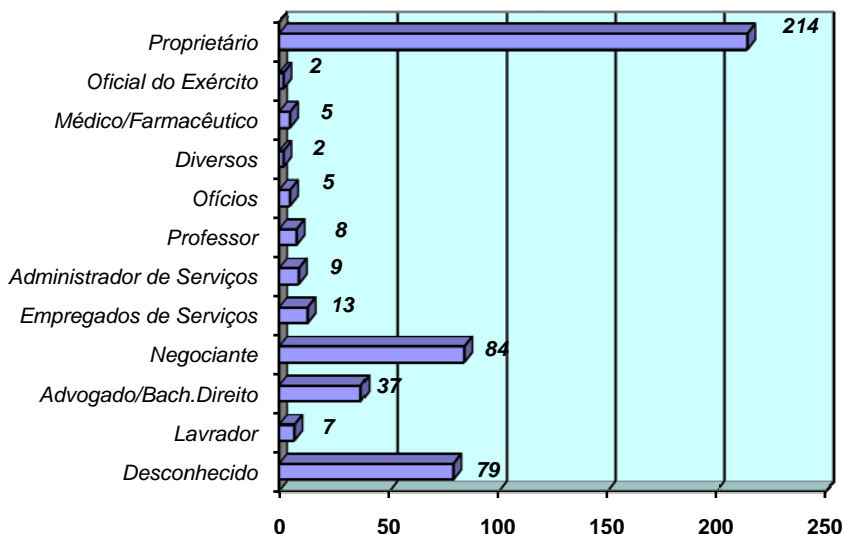
De sublinhar que no período republicano desaparecem os negociantes/proprietários. Desconhecemos se o ruptura reflecte alguma especialização de actividades ou apenas traduz a fragilidade da observação que os muitos vereadores de profissão ainda “desconhecidas” poderá acarretar.

¹⁷ O resultado da nossa pesquisa foi apresentado no seminário “Douro Contemporâneo”.

Cf. CRUZ, Maria Antonieta, “Elite Política Local de Vila Real - Da Regeneração ao Estado Novo” in Pereira, Gaspar Martins e LEAL, Paula Montes, (Coord.), *O Douro Contemporâneo*, Porto, GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto e Governos Civis de Vila Real, Viseu, Bragança e Guarda, 2006, pp. 111-132.

¹⁸ Ver CRUZ, Maria Antonieta, “Aspectos da Vida Política Duriense Oitocentista”, in *Douro – Estudos e Documentos - Actas do “2º Encontro Internacional História da Vinha e do vinho no Vale do Douro*, Porto, nº 19, 2004, pp.123-169.

GRÁFICOII
Vereadores de Vila Real
1841/1926



FONTES:

Arquivo Distrital de Vila Real – Livros de Recenseamento Eleitoral, vários anos.

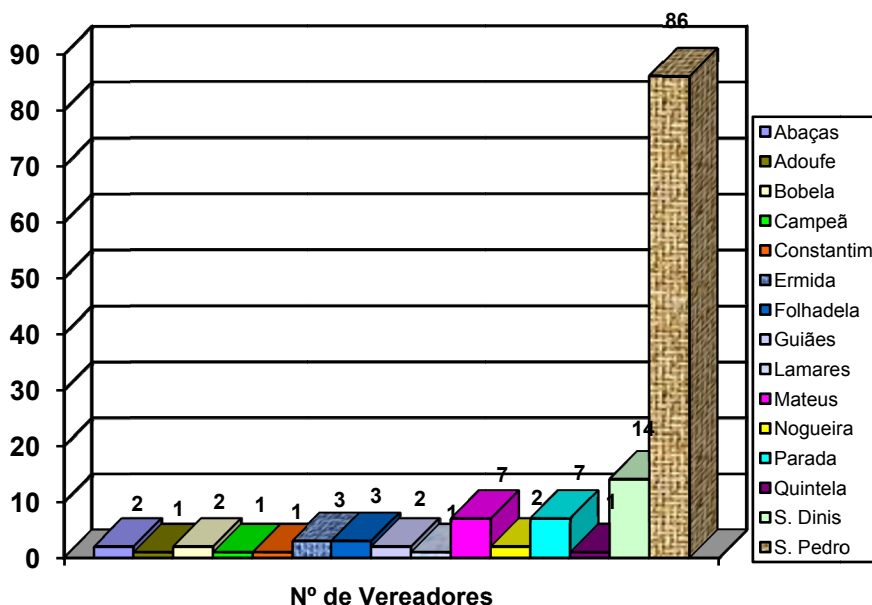
Arquivo Distrital de Vila Real – Livros de Actas de Vereações de 1841 a 1926.

As aparentes solidariedades que a produção vitícola gerava na elite de Vila Real parecem ser contraditadas pela origem geografia dos eleitos. Com efeito, as freguesias mais rurais, mais afastadas do centro da cidade, raramente conseguem eleger um vereador. O corpo municipal, ao longo dos decénios estudados, só excepcionalmente incluiu vereadores domiciliados fora das freguesias centrais de S. Pedro, com 64,7%, e de S. Dinis, com apenas 10,5%¹⁹.

A presença na sede do concelho assegurava a influência e determinava o desejo e a oportunidade de intervir nos assuntos da Câmara Municipal, pela proximidade com os centros de decisão e pelo reforço do relacionamento com os eleitores, também eles maioritariamente residentes na cidade.

¹⁹ Ver Gráfico III.

Gráfico III
Freguesias de Residência Conhecida dos Vereadores da
Câmara Municipal de Vila Real
1841/1926



FONTES:

Arquivo Distrital de Vila Real – Livros de Recenseamento Eleitoral, vários anos.

Arquivo Distrital de Vila Real – Livros de Actas de Vereações de 1841 a 1926.

Recolha de dados realizada por João Carneiro e Manuel Couto sob orientação da autora.

Importa, também, futuramente, aprofundar o estudo da importância transformadora induzida pela venda dos bens nacionais e a profundidade da mudança provocada pelo retorno de emigrantes eventualmente portadores de inovação e mensageiros de ideias mobilizadoras no âmbito político e social.

A enorme importância que o poder local alcançava na resolução dos problemas da região, justificará, pelo menos parcialmente, a detectada menor diversidade de cargos políticos ocupados pela elite camarária em relação à elite ligada ao poder central. De acordo com a investigação que realizámos, os vereadores municipais de Vila Real só excepcionalmente ocuparam qualquer outro lugar nas principais hierarquias funcionais, ao contrário do que acontecia com os governadores civis²⁰. Destes, muitos fizeram carreira política, foram ministros, senadores, administradores de concelho, vereadores e presidentes de câmaras municipais.

²⁰ É de menos de 5% a percentagem dos vereadores da Câmara Municipal de Vila Real, entre 1842 e 1926, que assumiram funções de deputados. Verificámos, para todos os vereadores e governadores civis, aqueles que foram referenciados como deputados por Almeida Bessa, Maria Filomena Mónica e Oliveira Marques.

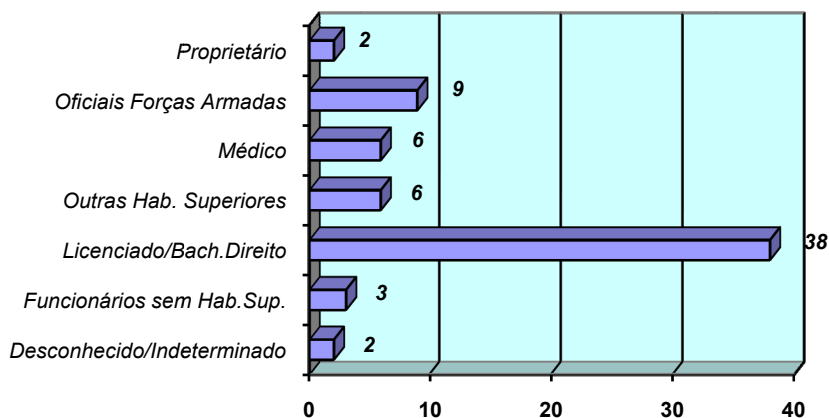
Cf. BESSA, José Marcelino de Almeida, *Anexo ao Manual Parlamentar para uso dos Senhores Deputados da nação Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1905.

MARQUES, A.H. de Oliveira (coordenador), *Parlamentares e Ministros da 1ª República (1910-1926)*, Lisboa, Assembleia da República/Afrontamento, 2000.

Tal como a elite política de poder central, também, os 66 governadores civis estudados possuíam formação académica superior. A forte ligação familiar às classes média e popular era mais uma característica comum aos dois grupos.

A nossa investigação,²¹ permitiu clarificar as diferenças existentes entre o perfil da elite camarária vilarealense, suportada no voto local, e a elite política de designação governamental, constituída pelos governadores civis do distrito de que o concelho fazia parte. Os *militares* e os *letrados*, sobretudo ligados à área jurídica, preponderaram no Governo Civil à semelhança do que ocorria com elite política de poder central gerada pela implantação e evolução do liberalismo. Estes dois grupos, militares e letrados, foram essenciais à implantação do novo regime assegurando, o primeiro a vitória das novas ideias e a manutenção da ordem, o segundo fornecendo o equipamento teórico exigido à necessária transformação do edifício legislativo português.

GRÁFICO IV
Governadores Civis de Vila Real
1835/1926



FONTES:

- AZEVEDO, Correia de, *Vila Real*, Vila Real, Câmara Municipal de Vila Real, 1970, pp. 262-268.
- BESSA, José Marcelino de Almeida, *Anexo ao Manual Parlamentar para uso dos Senhores Deputados da nação Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1905.
- MARQUES, A.H. de Oliveira (coordenador), *Parlamentares e Ministros da 1ª República (1910-1926)*, Lisboa, Assembleia da República/Afrontamento, 2000.
- MÓNICA, Maria Filomena (coordenação), *Dicionário Biográfico Parlamentar*, Lisboa, Assembleia da República e ICS da Universidade de Lisboa, 2004/2005/2006.
- SOUSA, Fernando de, GONÇALVES, Silva, *Os Governadores Civis do Distrito de Vila Real*, Vila Real, Governo Civil de Vila Real, 2002
- Arquivo da Universidade de Coimbra: Livros de matrícula do século XIX e Livros de Certidões de Nascimento dos alunos inscritos na Universidade de Coimbra.
- Livros de Recenseamento Eleitoral de vários anos.
- Diário da Câmara dos Srs. Deputados – vários anos.

MÓNICA, Maria Filomena (coordenação), *Dicionário Biográfico Parlamentar*, Lisboa, Assembleia da República e ICS da Universidade de Lisboa, 3 volumes, 2004/2005/2006.

²¹ Apresentámos uma informação mais detalhada em:

CRUZ, Maria Antonieta, “Elite Política Local de Vila Real - Da Regeneração ao Estado Novo” in Pereira, Gaspar Martins e LEAL, Paula Montes, (Coord.), *O Douro Contemporâneo*, Porto, GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto e Governos Civis de Vila Real, Viseu, Bragança e Guarda, 2006, pp. 111-132.

A preponderância da representação do sector primário na edilidade, esta aparente imobilidade das escolhas dos eleitores de Vila Real, norteadas pela proximidade, pelo prestígio, mas, também, pela partilha dos mesmos problemas e das mesmas ambições, revela, certamente, a diversidade dos processos de mudança que, no caso vertente, podem traduzir-se na adaptação à nova situação política salvaguardando a prossecução do modelo de desenvolvimento económico mais adequado às condições específicas da região.

O distinto perfil dos corpos estudados, governadores civis/vereadores, parece-nos evidenciar a ocorrência de assimetrias no desenvolvimento das diversas esferas sociais.

O progresso da região, a realização dos anseios das suas populações e a execução dos projectos que os diversos governos foram gizando para o Douro exigiam, para além da mobilização de todos, o concerto de vereadores e governadores civis. A permanência destes num mesmo distrito era essencial para o conhecimento dos problemas locais²², as suas relações familiares ou de amizade, e até a partilha de interesses, com as forças localmente dominantes, constituíam-se como elemento privilegiado do diálogo exigido para a concertação de interesses locais e nacionais.

6. Reflexão Final

Como já referimos, a manutenção de uma elite num determinado espaço, temporal e físico, está intimamente ligada com a sua capacidade funcional de realização dos objectivos da comunidade que a reconhece como grupo dominante. Assim, numa região em que, como no Douro, a produção de vinho assume o carácter de actividade fundamental, serão determinantes os interesses dos seus produtores, grandes, médios ou pequenos. Tal parece ser, e não apenas o imobilismo, a justificação de a elite local duriense permanecer dominada pelos viticultores, pois são eles que estão ligados à principal actividade da região. Gera-se, assim, uma rede social, fortalecida pela exiguidade do sufrágio que restringe os eleitores, em municípios pequenos, ao conjunto de parentes e amigos que confirmam e renovam as suas ligações em actos públicos de convívio, ou em cerimónias que marcam os momentos de nascimento, casamento ou morte, momentos repletos de simbologia social. A família, a amizade, permanecem como elementos coadjuvantes do mérito e da capacidade. O estado evolutivo da sociedade em análise determinará a ponderação da importância dos princípios que o liberalismo elevou a fundamentos da hierarquização na sociedade burguesa. A posse conjugada dos vários factores assegurará o acesso ao topo da hierarquia aos novos ingressados e, também, a manutenção das posições anteriormente obtidas. Na sociedade burguesa a permanência de uma elite exige esforço de adaptação pois que a essência da sua existência continua a ser a exclusão daqueles que não detêm as características requeridas à realização do projecto comum.

²² Os Governadores Civis com funções mais longas em Vila Real foram:

- José Cabral Teixeira de Morais de 25/2/1840 a 22/8/1845; 16/11/1846 a 22/12/1847; 1/5/1851 a 13/9/1851; nascido em Vila Real; foi várias vezes deputado
- Brigadeiro António Pinto de Lemos de 13/9/1851 a 13/7/1857; não foi deputado.
- Bacharel António Tibúrcio Pinto Carneiro de 13/2/1871 a 3/6/1879; Abril/Setembro/1881; nascido em Vila Real; foi várias vezes deputado, sempre por Vila Real.
- Conselheiro Luís Augusto Teixeira Lobato de 9/3/1893 a 4/2/97; não foi deputado.
- Conde de Vila Real – nomeado em 30/4/1886; deputado antes e depois desta nomeação. Voltará a ocupar o lugar de governador civil de 15/2/1897 a 25/7/1900; de 22/10/1904 a 22/3/1906; nascido em Vila Real;

Cf.

AZEVEDO, Correia de, *Vila Real*, Vila Real, Câmara Municipal de Vila Real, 1970, pp. 262-267.

BESSA, José Marcelino de Almeida, *Anexo ao Manual Parlamentar para uso dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1905.

MÓNICA, Maria Filomena (coordenação), *Dicionário Biográfico Parlamentar* Lisboa, Assembleia da República e ICS da Universidade de Lisboa, 2004/2005/2006.

MARQUES, A.H. de Oliveira (coordenador), *Parlamentares e Ministros da 1ª República (1910-1926)*, Lisboa, Assembleia da República/Afrontamento, 2000.

A evolução do sistema democrático, a homologação do sufrágio universal, a divulgação da escolaridade, permitindo uma mais sólida formação política, contribuirão, lentamente, para o desaparecimento dos mecanismos de dominação e limitação da igualdade. A pouco e pouco intensificar-se-á a mobilidade social e, diminuirá a importância das redes clientelares bem presentes na vida política local, no decurso do constitucionalismo monárquico como nos primeiros anos da experiência republicana, mas cuja origem lhes é muito anterior, evidenciando a longa vigência do sistema, tributária da sua capacidade de adaptação histórica. A evolução não deve ocultar o facto de a actividade política gerar poder e, por conseguinte, numa comunidade, mormente rural e pequena, é comum planearem-se aproximações aos titulares dos órgãos de poder local procurando alcançar facilidades na obtenção de emprego e/ou riqueza. Tal circunstância gera a permanência nos centros de poder dos dominantes que vêm prolongado o seu papel dirigente por força da acção que exercem em prol da satisfação dos anseios de muitos dos elementos da comunidade a que pertencem e que os elege.

Deve sublinhar-se que num mesmo espaço geográfico podem coabitar elites diferentes conforme as necessidades específicas a que se destinam, elites de distintos perfis consoante os fins a que a sua liderança se dirige.

Importa ampliar os espaços de observação, cuidando de os não fraccionar excessivamente para evitar monótonos e ineficazes contributos. Devem-se multiplicar as pesquisas, na Região Demarcada do Douro mas, também, em outras zonas do país, para que a perspectiva comparada nos permita precaver dos riscos de análises míopes que podem identificar no comportamento das elites durienses ilusórias especificidades. Esse é um trabalho a exigir coordenação de esforços de várias equipas de investigadores que partilhem o quadro teórico e metodológico que presida à pesquisa. Certamente que os vários projectos em execução no GEHVID, conjuntamente com os projectos já apresentados à Fundação da Ciência e Tecnologia, e a executar nos próximos anos, construirão alicerces seguros da futura análise global das elites em Portugal e abrirão caminho ao desejável estudo comparativo com outros espaços, nomeadamente, com a Europa do Sul.
